

“O Asylo de Meninos Desvalidos: Uma instituição atravessada por discursos (1875-1894)”.

EDUARDO NUNES ALVARES PAVÃO*

Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história: é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (FOUCAULT, 2008:132).

Segundo Foucault (2008) o discurso “não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo”, mas, “unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo” (FOUCAULT, 2008: 133).

Discurso Jurídico-Político:

A direção do Asilo de meninos desvalidos afirmava que o internato foi criado para “amparar os meninos caídos em verdadeira miséria e não para criar futuro lisonjeiro aos filhos dos que não querem conformar-se com a posição modesta que ocupam na sociedade”.

Para o primeiro diretor do internato, “muitas das mães, que tem requerido para recolherem os filhos a este Asylo, supõem que o Estado mantém Estabelecimentos desta ordem para aliviar-las do trabalho da educação da prole, e habilitá-las a gozarem vida mais fácil e alegre”. E após se apresentarem como “miseráveis”, visitavam os filhos “trajando com luxo deslumbrante e ostentando liberalidades para com eles, só próprios de pessoas abastadas”. Em vista disso tinha mãe que “pretendia recolher o filho a este Asilo, para descansar das fadigas da vida (quando conta menos de quarenta anos de idade, e goza perfeita saúde)”.

Outros indeferimentos são relatados pelo diretor, pois que segundo ele “o Estabelecimento não foi criado para recolher os filhos de escravas, considerados livres pela lei de 28 de setembro de 1871, ou libertados por seus senhores”: de fato, pensa ele, “para os primeiros não foi certamente instituído o Asylo”; assim, este funcionário “não

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutorando em História Política. CAPES.

via motivo que justifique o abandono dos últimos”. Mas, “se tais menores estiverem nas condições do artigo 62 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 1331 A de 17 de fevereiro de 1854, isto é, em estado de mendicidade, poderiam gozar do favor da admissão”. O que, segundo a direção, não é caso, por exemplo, dos filhos de Maria do Rosário Tinoco Teixeira, pois “os documentos juntos somente provam que eles vivem em companhia da suplicante, que é muito pobre. Isto não basta, no meu humilde entender”; e pondera: “não são ingênuos, mas libertos, não se dá o caso de mendicidade”.

O que significa “amparar os meninos caídos em verdadeira miséria”? Para a diretoria, era o caso, entre outros, de José, filho de Archanja Marcelina da Rocha, de dez anos. Após três pedidos de admissão da suplicante e algumas “averiguações”, a direção conclui que, lavadeira “pobríssima”, doente e vivendo de esmola na casa de Manoel d’Assis Drumond, Archanja “está no caso de merecer o favor pedido”.

Os ofícios de diretores do Asylo dispostos na Série Educação do Arquivo Nacional, organizados por ano e cobrindo o período entre 1875 e 1892, fazem parte ofícios à Secretaria e ao Ministério dos Negócios do Império e ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, pedidos de obras nos edifício da administração e das oficinas remetidos à 2ª e 3ª Diretoria, correspondências entre colaboradores e doadores de diversos gêneros, notas e recibos de serviços prestados ao internato, compras realizadas pela diretoria, além de trocas de informações entre a direção do estabelecimento e os diversos órgãos do governo imperial e avisos de desligamento, admissão ou rejeição, morte ou doença dos internos.

Listam-se a seguir Decretos, Leis e Regulamentos examinados nesta pesquisa:

- O Decreto nº 1331 A de 17 de fevereiro de 1854 - Aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte;
- A Lei de nº 2.040 de 28 de setembro de 1871, declarava livres os filhos de mulheres escravas nascidos após esta data. Estipulava obrigações para os senhores de escravos e para o governo, proibia a separação dos filhos menores de 12 anos do pai ou da mãe. A chamada “Lei do Ventre Livre ou dos Ingênuos”.
- O Decreto Nº. 5532 de 24 de Janeiro de 1874 – Cria o Asylo de meninos desvalidos;

- O Decreto Nº. 5849 de 09 de Janeiro de 1875 – Aprova o Regulamento do Asylo de meninos desvalidos;
- O Decreto Nº. 8910 de 17 de Março de 1883 - Dá novo Regulamento ao Asylo de meninos desvalidos;
- O Decreto Nº. 658 de 12 de Agosto de 1890 – Dá novo Regulamento ao Asylo de meninos desvalidos;
- Relatórios apresentados, anualmente, pelo Diretor do Asylo de meninos desvalidos ao Ministério dos Negócios do Império contendo todas as informações sobre a movimentação do Asylo durante os anos (1875-1889) (Base *on line* CRL- *Center for Research Libraries*).
- Relatórios apresentados, anualmente, pelo Diretor do Asylo de meninos desvalidos ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores contendo todas as informações sobre a movimentação do Asylo durante os anos (1889-1894) (Base *on line* CRL- *Center for Research Libraries*).

Discurso Médico.

Os menores admitidos no Asilo de meninos desvalidos podiam, a qualquer momento, ser desligados, por motivos que incluem inaptidão para o estudo ou para aprender qualquer ofício, tanto quanto uma “constituição física” que “indica que mais tarde será ele uma fonte de despesa sem o menor proveito, será um habitante da enfermaria, em face dos visíveis sinais de sífilis hereditária, cujos estragos já começaram a manifestar-se”.

Outras razões eram ainda apontadas pela direção para o desligamento ou para a não admissão dos meninos. Como no caso do menino que “sofria do cérebro, demonstrando ser idiota e necessitar de cuidados maternos”, e que era “filho de um artista alfaiate, que para ver-se livre de trabalhos, procurou ocultamente recolhê-lo a este Asylo”; e do órfão apresentado por parentes que não podia continuar na instituição “porque, além de raquítico, sofria de moléstia de nervos, que produz, algumas vezes, ataques semelhantes ao mal de São Guido; além disto, não se pode ainda bem afirmar a que sexo virá a pertencer, pois parece antes um hermafrodito, pela anormal configuração dos órgãos genitais”. E ainda aquele que sofria de “moléstia dos intestinos

(tísica do mesentérico) considerada incurável”, entregue à sua mãe, já que, segundo o diretor “disse que tinha condições de cuidar”, levando em consideração que “o menor apenas esteve recolhido a este Asilo por espaço de oito dias, e que nenhuma despesa se fez com o vestuário para o mesmo”.

Além da “tísica do mesentérico”, a “febre perniciosa” era moléstia que acometia os internos, sendo mesmo responsável por óbitos: “hoje pelas duas horas da madrugada faleceu vítima de um ataque de febre perniciosa, de que for acometido no dia 14 do corrente o menor José Pereira Gomes, recolhido no dia 12 de Janeiro passado à requisição do juiz d’Órfãos da 2ª Vara desta Corte”. Segundo o relatório, a moléstia “zombou de todos os recursos da medicina empregados pelo médico deste Asylo, coadjuvado pelo Dr. João Joaquim Pizarro”, acrescentando que outros menores, acometidos de febres, estavam restabelecidos, restando apenas um na Enfermaria em estado um pouco grave.

A influência e o poder do discurso médico, à época, evidenciados em diferentes produções (artigos em jornais, conferências em Congressos, livros, impressos, teses e regulamentos) podem ser aquilatados pela importância atribuída à atuação destes profissionais, sobretudo nos exames de admissão, no momento da matrícula e do desligamento dos asilados. Seus pareceres fixam normas e orientações a serem seguidas pelos diretores, pelos internos, pelos benfeitores e funcionários do Asylo e, até, pelos representantes do Governo, e têm o poder de definir e excluir aqueles que são considerados “irrecuperáveis”. Nos ofícios ao Ministério do Império, as diretorias constantemente vinculavam as questões médicas-higiênicas às condições de funcionamento estabelecimento, aos corpos dos internos, ao trabalho e ao estudo dos asilados.

Segundo os médicos, o internamento objetivava a moralidade, a utilidade e a higienização das crianças e jovens acolhidos. O exame e o preenchimento do formulário de admissão pelos médicos do Asylo tinham papel central no processo de disciplinamento e normalização dos corpos desvalidos. Responsáveis por classificar, ao qualificar, premiar e punir os internos, os médicos registram de forma sistemática “os gestos, as reações e as manifestações” dos internos, por meio de ofícios e relatórios.

Uma coincidência vale a pena ser registrada. Inicialmente, o Governo Imperial adquiriu o prédio da família Rudge para ser sede da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. No entanto, face às críticas tecidas pelo corpo acadêmico da Faculdade, a mudança não se concretizou. Foi assim que no primeiro semestre de 1875 o Asylo dos Meninos Desvalidos vem se instalar no local anteriormente reservado aos estudos de Medicina. O episódio é talvez uma boa metáfora para a proximidade existente entre as duas instituições: as teses médicas, as questões da higiene, da assistência à infância, ao controle e à disciplina estruturam e modelam tão rigidamente como o prédio a vida no internato. Percebe-se que a Medicina é um saber que se estrutura e se consolida, penetrando as diversas esferas da vida social: dispositivo específico de saber-poder, o discurso médico caracteriza-se como “uma mistura do enunciado e do visível, das palavras e as coisas”.

Entre as diversas teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro disponibilizadas para consulta na Fundação da Biblioteca Nacional e na Biblioteca do Centro de Ciências e Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foram selecionadas, para fins das análises desta pesquisa e por motivos óbvios, aquelas que se referem à higiene nos colégios, asilos e instituições de internamento, além das que abordam a assistência na “roda dos expostos” da Santa Casa da Misericórdia.

O discurso médico prescrevia o isolamento dos desvalidos e órfãos, assim como dos alienados, doentes, e promovia a emergência dos “normais”, ordenava os “desviantes”, os “diferentes”, os “anormais”, pois se tratava de proteger “a sociedade civilizada, culta, trabalhadora”, os “normais” dos “perigosos”, dos “nefastos” e dos “maléficos”. Esses eram “pobres”, “maltrapilhos”, “desvalidos” pelas diferenças para com os “bem nascidos”, os “de família” e “educados”, com isto o discurso médico preconizava a segregação da pobreza nessa constituição de saberes e de poderes na modernidade.

Neste sentido, os desvalidos aparecem como construções discursivas, ao invés de serem tomados como pontos de partida para a análise dos discursos. É interessante serem observados os poderes disciplinares, para, a partir daí, pensar as formas de dominação no cotidiano da vida política compreender as condições históricas que possibilitaram o surgimento da prisão como local privilegiado para o encerramento dos

“criminosos”, substituindo as formas de punição pelo suplício existentes até o século XVIII. Por disciplina, entende-se, por um controle rígido no nível do corpo e do contato. Aquilo se chamaria de período do “engajamento”, em que o trabalhador, o aluno, o prisioneiro, o doente e o desvalido eram controlados a nível corporal (Ver. BAUMAN, 2003). Assim, “o corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriinha, o desarticula e o recompõe” (FOUCAULT, 1987:127).

Nesta perspectiva, entra em cena uma noção que diz respeito à “docilização dos corpos”. A disciplina fabrica corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’, pois “a disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminuí essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)” (FOUCAULT, 1987:127). Ao se referir às formas de controle e vigilância. Foucault utiliza a noção de “panóptico” de Jeremy Bentham: “Uma construção em anel; no centro, uma torre; esta possui grandes janelas que se abrem para a parte interior do anel. A construção periférica é dividida em celas, cada uma ocupando toda a largura da construção” (FOUCAULT, 1998:210). As celas têm apenas duas janelas, uma de frente para a outra permite que a luz atravesse todo o espaço e com muros laterais não possibilita o contato com o outro. Com o sistema *panóptico*, a relação entre vigiar e punir torna-se mais estreita, visto que seria possível “adestrar” as pessoas para que estas exercessem suas tarefas como bons cidadãos, evitar o máximo que as pessoas infringissem as normas estabelecidas pelo poder. Segundo Foucault para a economia do poder seria mais rentável e mais eficaz vigiar do que punir (FOUCAULT, 1987:130).

Vigiar, controlar e punir gerava conflitos, confrontos e onerava as finanças do Governo Imperial. Segundo Bauman (1999:58): “O principal propósito do Panóptico era instilar a disciplina e impor um padrão uniforme ao comportamento dos internos; o Panóptico era antes e acima de tudo uma arma contra a diferença, a opção e a variedade” e o principal papel do Panóptico “era garantir que ninguém pudesse escapar do espaço estreitamente vigiado”, como “grilhões a imobilizar pessoas”, espetacularizando o exercício do poder “muitos vigiam poucos”. Num exercício de poder:

O Panóptico, mesmo quando sua aplicação era universal e quando as instituições que seguiam os seus princípios abrangiam o grosso da população, era por sua natureza um estabelecimento local: tanto a condição como os efeitos da instituição panóptica consistiam na imobilização dos seus

súditos – a vigilância estava lá para barrar a fuga ou pelo menos para impedir movimentos autônomos, contingentes e erráticos (BAUMAN, 1999:60).

Na modernidade se deu a emergência dos discursos referentes ao desvalido. Neste sentido, se coloca em discussão outra noção, a de “sujeito”. Tratou-se de problematizar a constituição histórica do sujeito, e com isto buscou-se efetuar a análise histórica da formação dos discursos, de um saber transitório, instável e transdisciplinar. Assim, “ao invés de partir da famosa estrutura social, representada enquanto conhecimento histórico enquanto realidade objetiva tanto para os marxistas quanto para não marxistas para explicar determinados grupos sociais”, por isso, “propunha-se, então, pensar como haviam sido instituídas culturalmente as referências paradigmáticas da modernidade em relação ao próprio social, à posição dos sujeitos, ao poder e às formas de produção do conhecimento” (RAGO, 1995:71).

Em vez de voltar-se para a análise das estruturas do pensamento, das mentalidades, das continuidades, daquilo que permaneceu é necessário voltar-se para as formações discursivas, ao nível daquilo que foi dito e que foi construído, a partir dos enunciados e dos dispositivos de poder. Segundo Rago, uma *história-problema*, ou seja, um trabalho de pesquisa histórica que servisse para iluminar e responder a uma problematização colocada pelo historiador, e que desenharia no percurso aberto o próprio objeto da investigação (RAGO, 1995:69).

O que significam esses corpos desvalidos? Como se constituíram? Verificar essas transformações nas tramas, nos conflitos, sem padronizar, sem estigmatizar ou excluir requer um grande exercício de problematizar. Todas essas taxonomias, estas classificações como produção de pessoas, classificam, nomeiam, ordenam, sistematizam, normatizam, certificam e geram conflitos, disputas, pois são atravessadas por biopoder, relações de poder no campo da economia, da produção e vão além da questão cultural. A instrumentalização dos discursos organiza e sistematiza a questão das idades, dos sexos, dos gêneros e das classes.

Dentro destes sistemas, especificamente os relacionados ao atendimento e assistência às crianças, ocorreu um aumento significativo de instituições de assistência à infância desvalida. Salientando, que essas eram conhecidas também como “menores”, “indigentes”, “incapazes”, “pobres”, “abandonadas”, “miseráveis”, e que, apesar de se

priorizar o período do terceiro quartel do século XIX, isto não funciona como amarras à análise. Segundo o discurso médico eram desvalidos “os menores que pela indigência dos pais não podiam frequentar as escolas”, ou “os menores que não tinham pais nem protetores que curem das suas pessoas”; ou “menores cujos pais se achassem física ou moralmente impossibilitados de conservá-los em seu poder”; ou “os menores que contaminados pelos vícios já haviam sofrido alguma condenação judicial”; ou “menores cujos pais dispendo de recursos, deixassem de educá-los por culposa negligência”; enfim, “os ingênuos da lei de 28 de Setembro, os quais não podendo as pessoas, sob cuja tutela se achava ministrar a necessária educação” (CARVALHO, 1883:13).

É necessário situar o lugar de fala, a cena discursiva. Logo, quais as características de uma cidade, como o Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX? Quanto a essa questão, o discurso médico destacava que “a atmosfera das grandes cidades muito se aproximava das condições do ar confinado por emanções; a dissipação quotidiana das excretas de uma população numerosa, a altura dos edifícios, a estreiteza das ruas, suas sinuosidades”, enfim “a existência dos esgotos, e dos resíduos das grandes praças, o que mais necessitava para determinar uma iminência perpétua de epidemias miasmáticas?” (LAGE, 1853:28).

O Rio de Janeiro, a capital do país, era considerado “um local pestilento, que deveria ser evitado pelos viajantes, foco de doenças e de epidemias como a febre amarela, varíola, cólera, tuberculose e sífilis, e carente de gêneros para a população mais humilde”. Além disso, “os seus habitantes, não só pela influência do seu clima, mas também pelo seu gênero de vida, pela natureza dos alimentos de que faziam uso e pela miséria de certa classe, eram flagelados por diversas moléstias”. Entre elas “moléstias nervosas, febres intermitentes, tifo, disenterias, afecções, catarrais, sífilíticas, epoemia (sic), erisipelas, inflamações viscerais e as frequentes supressões de transpiração dando em resultado à tísica pulmonar” (COUTINHO, 1857:29).

O discurso médico enfatizava a importância de uma polícia “higiênica” para observar o comércio urbano, as construções, a existência das valas, a prostituição, as práticas de cura, a venda de remédios, a moral e a civilidade. Os relatos da Junta de Higiene enunciavam que as ruas do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, eram “estreitas”, “sujas”, e que a qualquer “gota de chuva” viravam um lamaçal,

“espaço de dejetos humanos jogados pela janela”. Pois, “a cidade do Rio de Janeiro, conhecida a disposição de suas ruas estreitas e úmidas, e a construção viciosa de seus prédios pela maior parte térreos, baixos, úmidos e pouco ventilados, tem-se adivinhado as condições em que, a este respeito está a pobreza” (COSTA, 1865:30).

Na segunda metade do século XIX começou a emergir mais claramente na legislação da época, outra característica das medidas de amparo à infância pobre no Império: a formação educacional das crianças. O tema infância ganhou importância nas pesquisas acadêmicas. Foram registradas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, de 1836 a 1870, 81 teses acadêmicas tendo como tema a criança. Sendo que 34 dessas se referiam à infância pobre; à exposição de órfãos na Santa Casa de Misericórdia; à prostituição infantil, à baixa frequência escolar, à higiene dos escravos, às altas taxas de mortalidade. A que se deve tamanha repercussão? O autor quando produz a sua obra, o faz para determinado público, visando um específico grupo de leitor, assim como o conferencista ao fazer a sua exposição e ser compreendido por seu auditório e obter sucesso adapta a sua fala à realidade dada. O discurso médico nas teses, seja como defesa de pontos por diferentes doutores, ou como sustentação a fim de obter o grau doutor em Medicina, foi ao encontro dos temas de interesse social? Evidenciou-se esta afirmação pelas famosas conferências abertas à audiência pública e pelo caráter de acontecimento social das mesmas, consubstanciado pela divulgação nos jornais de então.

Para entender a constituição de saberes e os escritos médicos é importante compreender o poder e seus exercícios cotidianos, controle, disciplina, vigilância, punição, etc., assim como a constituição dos saberes. Tornou-se fundamental problematizar, sobremaneira, as noções de “sujeito”, “saber” e “verdade”, sobretudo, com a produção das verdades. Colocar em discussão a noção de verdade, pois essa não é descoberta pelos cientistas, sendo historicamente produzida pela economia política dos saberes. Logo, proceder de forma genealógica não é mostrar o que aconteceu, mas como isso deu, pois “o corpo é uma realidade biopolítica e a medicina é uma estratégia biopolítica” (FOUCAULT, 1998:80).

O saber médico se firmou pela Academia Imperial de Medicina, responsável pela emissão dos diplomas, pela publicação de revistas, cujos temas e assuntos médicos,

eram de responsabilidade dos médicos, bem como pelo exercício da medicina por um corpo de especialistas reconhecidos, credenciados e devidamente identificados pela Academia. Como se observou nas teses das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro a escolha da alimentação também era de interesse do discurso médico. Segunda os acadêmicos “a sua escolha deve ser confiada ao médico; ele é o único competente: ainda assim não deve jamais esquecer-se que é isso uma missão difícil e bem delicada”. Quanto ao uso específico do leite “deve também o médico assegurar-se da qualidade e quantidade”. Pois, “nem sempre é fácil apreciar se ele é em quantidade suficiente; é, pois necessário observar com cuidado se a criança mama facilmente, e se mostra saciada”. Além de que “para verificar a qualidade do leite há diversos meios, que não carecemos mencionar aqui, por que o médico sabe pra que serve o lactometro (sic) e o lactosco (sic)” (MONTEIRO, 1868:27).

Ao se tentar compreender as relações de poder que atravessam as diferentes cenas discursivas é necessário identificar o fortalecimento e consolidação do saber médico. Segundo o discurso médico “só a medicina não se tinha reputado como parte necessária da educação, conquanto não houvesse razão suficiente para autorizar essa falta”. Por outro lado, “nenhuma ciência oferecia campo mais vasto de conhecimentos úteis, nem de mais amplo entretenimento para um espírito investigados”. Significaria isso afirmar que desejavam que todos fossem médicos? “Essa pretensão seria tão ridícula, como impossível”. Pretendiam que “as pessoas instruídas conhecessem os princípios gerais da medicina, para que pudessem aproveitar as vantagens de semelhantes conhecimentos e assim, se resguardar ao mesmo tempo dos efeitos nocivos da ignorância, da superstição e do charlatanismo” (MONTEIRO, 1868: 5).

Os embates entre os discursos de homeopatas, alopatas, clínicos e higienistas sobre como curar, educar, alimentar, vestir, construir habitações, criar hábitos e atitudes “condizentes a um bom moço ou moça” espelham a lógica de constituição e consolidação do saber médico. Fossem homeopatas, alopatas, clínicos ou higienistas, trata-se de compreender como a constituição dos saberes tem seu uso jurídico e político servindo como estratégia no exercício do poder. Os saberes visavam o controle e disciplinamento dos indivíduos?

O discurso médico preconizava como uma instituição asilar exemplar a que contasse “com uma cozinha com todos os apetrechos, um refeitório espaçoso, quartos de banho; latrinas asseadas, largos dormitórios bastante arejados com acomodações para vestuário e para quartos dos professores da vigília”, além disso, “salas de estudos suficientes salas de classes, sala de desenho, de escultura e de música, anfiteatro – gabinete de física de história natural e de química – laboratório de química, recreios para cada divisão, enfermaria com todos os pertences”. Teria que ter também “um ginásio aberto – capela – acomodações convenientes para os diretores, professores, e mais empregados”. O local da construção era importante, conseqüentemente “a habitação devia ser construída sobre um solo calcário e arenoso ou granítico, mas nunca úmido e argiloso, e circundado de plantações diversas em diferentes direções; deve-se evitar muito a proximidade de pântanos e grandes fábricas”.

Na organização de uma instituição asilar se teria de levar em conta a divisão do tempo. Para tal, “levantava às seis horas da manhã e se deitava às dez da noite”. O período de estudo constaria de “quatro de estudo ou de repetições, três horas de curso, duas horas de refeição, uma hora para banhos e cuidados de asseio, uma para música e artes, uma hora de ginástica, quatro para jogos, esculturas e artes mecânicas”.

Estabelecia-se que “o regime não poderia ser uniforme para um grande número de alunos dotados de temperamentos diversos;” em virtude disso, não possibilitava “uma grande divisão, ela constaria de duas espécies de alimentação, uma com predominância do regime animal a outra com predominância do regime vegetal”. E, “a aplicação será reduzida dos princípios estabelecidos nas questões – temperamentos e alimentação e o regime especial de um aluno deverá ser ditado pelo médico do estabelecimento, subordinado, entretanto ao gosto dele todas as vezes que for possível”. Já quanto ao refeitório deveria “haver um extremo cuidado a respeito da qualidade dos alimentos, guardar as condições de asseio e o serviço deveria ser feito por um pessoal suficiente. Os diretores e professores participariam das mesmas refeições que os alunos”.

A questão da higiene nos banhos e no uso das vestimentas também era abordada nas teses da Faculdade de Medicina. O discurso médico estabelecia que banhos e vestimentas devessem ser regulados “pelo bom senso”. E “para o sono bastariam sete

horas, uma meia hora para se levantarem, e outra para se deitarem”. Nos dormitórios “cada aluno disporia de vinte e cinco metros de ar, janelas sempre abertas durante o dia dariam entrada ao ar exterior e durante a noite seria iluminado por lâmpadas; os leitos construídos conterão um colchão de crinas e um simples travesseiro”. Já quanto aos dormitórios, “deveriam ser visitados várias vezes à noite”.

Por outro lado as salas e as classes deveriam “compor-se de uma só peça, vasta perfeitamente clara e ventilada; os assentos ter a disposição necessária para a vigilância do mestre. À noite a iluminação se faria com lâmpadas, cercada com um globo de vidro ligeiramente azulado e munidos de um refletor metálico”; e “seu número seria variável e deveria pender do teto para os raios não ofendessem aos olhos” (GUIMARÃES, 1858: 66).

Discurso Jornalístico.

- Meninos vagabundos -

Por aviso de 20 do mês passado, declarou o ministério do império ao juiz de órfãos da 1ª vara da corte que, sendo o asilo de meninos desvalidos destinado a recolher e educar menores que, nos termos do art. 62 do regulamento anexo ao decreto n. 1.331 a de 17 de Fevereiro de 1854, vagarem em tal estado de pobreza, que, além da falta de roupa decente para frequentarem as escolas, vivam em mendicidade, não é possível ali admitir-se o de nome Oscar, que somente é órfão de pai, e não consta achar-se nas condições exigidas pelo citado artigo (O GLOBO, 1876: 1).

Busca-se, nesta pesquisa, relacionar o discurso jornalístico aos ofícios enviados pelos diretores da instituição estudada a diferentes órgãos governamentais, tanto quanto aos relatórios anuais que estes diretores submetiam à Secretaria e ao Ministério dos Negócios do Império, assim como aos Relatórios Ministeriais apresentados ao final da legislatura. Desta forma, poder-se-á identificar sensíveis mudanças nos discursos, nos cenários e nos atores relativos ao objeto de estudo. Além disso, esta documentação é indispensável para evidenciar as importantes transformações sociais, econômicas, políticas e culturais ocorridas no último quartel do século XIX, contribuindo ainda para a identificação das redes de sociabilidade, das disputas de poder, das relações de compadrio, das cenas discursivas de atuação dos atores sociais, das resistências dos internos, pelos quais é possível contextualizar e significar os fenômenos observados.

Nos jornais, as crianças são mencionadas nos obituários, e também nas colunas dos aprisionados, de integrantes dos exames de admissão de instituições educacionais e nas listas dos candidatos aos internatos de assistência ou dos deslocados para as fazendas agrícolas. Era elevado o número de pessoas que requeriam a internação de meninos no Asilo; nos jornais, pode-se observar melhor quem eram essas pessoas, os meninos envolvidos, e constatar as posições sistematicamente assumidas pelo Governo Imperial, no que tange à administração, às reformas e modificações no Asilo de meninos desvalidos.

São, em geral, bastante tensas e conflituosas as relações entre a imprensa, membros dos ministérios e dos diretores no período de cortes de gastos no orçamento, de aumento das internações, de pedido de exoneração de diretor e indicação de nova diretoria.

Os jornais registram o cotidiano do estabelecimento desde a sua instalação, as visitas do Imperador, as inspeções de membros dos ministérios, os relatos dos funcionários do governo, os ataques e elogios da imprensa. O *Corsário* e a *Gazeta de Notícias* tecem críticas à administração de João Joaquim Pizarro, permeadas por notas divulgando a presença da banda dos meninos desvalidos em festas, eventos culturais e cerimônias religiosas. As referências ao acúmulo de cargos públicos, ao aumento de gastos com a manutenção da Instituição e aos baixos rendimentos das oficinas do internato dividem espaço nas colunas com a divulgação da presença dos asilados em corridas de cavalos, celebrações de aniversários, recepções a políticos, inauguração do jardim de Vila Isabel, iluminação elétrica do Boulevard 28 de Setembro, festas cívicas ou almoços e jantares de confraternização. Já *O Libertado*, impresso abolicionista, destaca a presença da banda do Asylo em eventos patrocinados pela Junta de Emancipação.

Os artigos, notícias e cartas publicadas nos jornais da Corte e das províncias constituem-se, pois, em inestimáveis fontes, que auxiliam na compreensão das transformações dos regulamentos do internato, da atuação dos diretores, do trabalho dos professores, mestres e demais funcionários do internato, da participação e resistências das famílias e dos internos do estabelecimento. As colunas dos jornais alternam críticas e elogios às administrações com textos de membros da “boa sociedade” que falavam das “condições de salubridade” das ruas, da necessidade de tirar da vista das “moças de

família” as mulheres públicas, das crianças ficarem longe das ruas, mesmo que isso implicasse em serem internadas em instituições afastadas do centro, nos “arrabaldes” com rio próximo, árvores e descampado, como era o caso do Asylo de meninos desvalidos.

No período abordado, os jornais foram veículos de confrontos de ideias, espaços de embates de opiniões e lugares de divulgação dos pensamentos dos indivíduos da “boa sociedade” da época. Logo, o agradecimento de uma graça alcançada, a divulgação de um título recebido do Governo Imperial, o relato de doações feitas ao Asilo por particulares, as críticas às diretorias ao serem abordados na imprensa possibilitam que o discurso jornalístico vá além de um mero caráter informativo, elucidativo, ilustrativo, publicitário e de denúncia, e complemente significativamente esta pesquisa e se constitua em uma excelente fonte de análise.

Considerações finais

O Asilo de meninos desvalidos começou a funcionar em 1875 como internato para meninos de 6 a 12 anos de idade, que permaneciam na instituição até 21 anos. Além disso, era uma instituição escolar com ensino primário de 1º e 2º, de desenho, música, ginástica e ofícios. Funcionavam as oficinas de alfaiate, sapateiro, encadernação, marcenaria e outras. No entanto, ao longo do período de 1875 a 1894 ocorreram modificações na admissão e desligamento dos meninos, no funcionamento das oficinas e na diretoria. Assim, as formações discursivas, os enunciados e os dispositivos de poder apontam “a invenção do desvalido”.

Referências bibliográficas:

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

CARVALHO, Carlos Leôncio de. *Educação da infância Desamparada*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883.

COSTA, Antonio Corrêa de Sousa Costa. *Qual a alimentação de que usa a classe pobre do Rio de Janeiro e sua influencia sobre a mesma classe*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1865.

COUTINHO, Cândido Teixeira de Azevedo – *Esboço de higiene dos colégios*. Rio de Janeiro: 1857.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1870*. São Paulo: Editora Loyola, 2010.

_____. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUIMARÃES, Antenor Augusto Ribeiro. *A Higiene dos Colégios: Esboço das regras principais, tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais segundo as quais devem reger os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Tipografia Imparcial de J. M. Nunes Garcia, 1858.

LAGE, Francisco de Assis Barboza. *Das fabricas de velas de sebo, e das de sabões do Rio de Janeiro; que influencia tem exercido na saúde de seus empregados e vizinhos? Que regras higiênicas se devem nelas seguir?*. Rio de Janeiro, 1853.

MONTEIRO, Joaquim dos Remédios. *Higiene e educação da infância*. Resende, 1868. *O Globo*. Rio de Janeiro, 1/07/1876.

RAGO, Margareth. O efeito Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, 7 (1-2): 67-82, outubro de 1995.